

# Sobre a Colômbia

ARTHUR VIRGÍLIO NETO\*

Acompanho, com sensível preocupação, o agravamento da questão colombiana, envolvendo um governo eleito pelo povo, com o qual o Brasil mantém plenas e proveitosas relações diplomáticas, e a insurgência colombiana. Digo agravamento, porque o problema, em si mesmo, é antigo. As guerrilhas atuam há várias décadas, como expressão primária do descontentamento quanto às dificuldades econômicas e injustiças sociais que todo o nosso subcontinente conhece muito bem.

O quadro, então, é delicado, sem ser crítico. Não acredito que se desenhe cenário ameaçador da segurança regional, apesar da indiscutível inquietação que a crise tende a gerar sobre os países vizinhos.

Em fins de 1998, recebi em audiência na sede nacional do PSDB, o senhor Oliverios Medina, pertencente às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que pretendia estabelecer diálogo com o secretário-geral de um dos mais relevantes partidos brasileiros. No encontro, principiei por deixar bem claro meu desacordo com os métodos das Farc: re-

curso à luta armada, seqüestros, etc. Disse-me Medina, em resposta, que a intenção de seu grupo, que já controlaria 40% do território colombiano, era buscar condições para a deposição de armas e para a plena integração no processo eleitoral de seu país.

Pediu-me que fizesse gestões, junto ao Itamarati, no sentido de viabilizar o reconhecimento de escritório das Farc em Brasília. Convidou-me para, ao lado de parlamentares e dirigentes do Partido Socialista chileno, do Partido Justicialista argentino, entre outros, visitar determinada área dominada pela guerrilha.

O Itamarati, com firmeza, revelou-me a completa impossibilidade de reconhecer a apresentação solicitada, assim como julgou inconveniente o prosseguimento de contatos com as forças insurgentes. E desse momento até o presente, não tive qualquer outro contato com quem quer que pudesse falar em nome das Farc. Sinto-me plenamente à vontade, aliás, para deplorar que a propalada intenção de negociar a deposição de armas não se tenha confirmado, não se tenha mostrado sincera. Mais à vontade, ainda, para opinar que o governo Pastrana, a par de sua corajosa disposição de iniciar o processo

de paz, tem plena condição de conduzir os esforços pela normalização interna.

Deve ele ser estimulado a prosseguir, desta vez com determinação irretroatável, as reformas estruturais necessárias ao enfrentamento da crise político-econômica e à respostas às demandas sociais exigentes. Não cabe, contudo, nenhuma ingerência externa, diante de assunto de economia claramente interna de um governo que tem força e legitimidade para desempenhar o mandato popular.

Não sou, pois, "interlocutor" das Farc. Ideologicamente sou antípoda dos princípios que, política e economicamente, lhes norteiam os passos.

Como democrata, recebo em meu gabinete, se solicitado a fazê-lo, até quem, porventura, descreia da democracia.

Como parlamentar, tenho responsabilidade pública suficiente para compreender o acerto da política externa brasileira, quando ela, com competente sutileza, encara as dificuldades vividas por importante país vizinho e querido povo irmão.

\*Deputado federal (PSDB-AM) e líder do Governo no Congresso Nacional